

RELATÓRIO GERENCIAL

ANÁLISE DO
PRIMEIRO
QUADRIMESTRE
DE 2019

JULIA SANT'ANNA

Secretária de Estado de Educação



1. INTRODUÇÃO

A educação de Minas Gerais pode ser considerada um dos maiores desafios da administração pública estadual. Sua missão é, basicamente, garantir condições para que os professores ensinem e os estudantes aprendam. Porém, a objetividade dessa frase não reduz a sua magnitude. Gerir uma rede de mais de 3.620 escolas estaduais, cada uma com sua infraestrutura, seu corpo docente, funcionários, alunos, garantindo o alinhamento com as redes municipais e comunidade escolar, e ainda promovendo a melhoria da qualidade de ensino, não sendo tarefa simples.

De acordo com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, Minas Gerais ocupa a 4ª colocação no indicador de proficiência e a 20ª no fluxo. Ou seja, o nível de abandono e reprovação é elevado. Somos também o Estado com o maior crescimento na taxa de abandono (3,6% no fundamental e 3,5% no ensino médio). Com a missão de contribuir para uma educação de qualidade para o povo mineiro, esta gestão pretende trabalhar com afinco para a melhoria dos resultados educacionais e a diminuição da taxa de reprovação e abandono. Visando tal proposta, a SEE tem planejado e empreendido várias ações, como demonstraremos a seguir:

Regularização de repasses aos municípios e escolas mineiras

A gestão atual encontrou uma rede desestruturada e deficiente de condições básicas de funcionamento e devedora em todas as suas inter-relações. A primeira evidência dessa situação se concretizou na dificuldade dos municípios iniciarem o ano letivo em função dos atrasos nos repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e do transporte escolar relativos ao ano de 2018. No referido ano, o Estado deixou de repassar aos municípios mineiros R\$ 121 milhões, referentes ao transporte escolar e, R\$ 6 bilhões, ao FUNDEB. Apesar de estar em dia com os ditos repasses no que tange ao ano de 2019, o Governo de Minas empenhou esforços e assinou acordo que prevê a regularização dos repasses do governo passado. Atualmente a oferta de ensino já se encontra regularizada, e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais – SEE/MG envida todos os esforços necessários para reposição dos conteúdos daqueles afetados por esta situação.

O atraso de repasses pela gestão passada não atingiu apenas os municípios. As escolas também foram obrigadas a sobreviver com repasses insuficientes ou mesmo inexistentes no ano de 2018. A atual gestão, entendendo a importância de garanti-los de forma contínua para que os diretores tenham condições de desenvolver suas atividades, conseguiu regularizar os repasses às Caixas Escolares referentes ao ano de 2019. O efeito já pode ser sentido pelos diretores das escolas estaduais, assim como pode ser percebido na fala da Sra. Julia, Diretora da Escola Estadual

Francisco Emanuel, do município de Descoberto: “Antes eu não tinha tranquilidade de trabalhar, porque minha cabeça ficava no financeiro. Este ano estou me sentindo mais tranquila. Chego para verificar o saldo bancário e o dinheiro está caindo todo mês. Isso dá tranquilidade para o diretor. Sinto que agora nosso trabalho está sendo valorizado e respeitado”.

Projetos inovadores

O envolvimento e a participação da família na melhoria do ensino estadual são essenciais. Nessa perspectiva, a SEE/MG, em um movimento inovador, instituiu um grupo composto de pais e/ou responsáveis por estudantes da rede estadual de ensino, com a proposta de promover encontros regulares junto à Secretária de Educação e sua equipe. O grupo tem compartilhado experiências e auxiliado na construção de políticas públicas efetivas para a educação pública em Minas Gerais, perpassando temas como educação em tempo integral, transporte escolar e infraestrutura das escolas.

A implantação do Currículo de Referência de Minas Gerais no ensino fundamental é um dos pontos que compõem os desafios da educação mineira para este ano de 2019. E, para garantir qualidade e eficiência nesse processo, investir em formação de professores é de extrema importância. Já no Ensino Médio, o foco está no desenvolvimento de um currículo de referência considerando as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. Este é um trabalho inovador, que requer a participação e o envolvimento da comunidade escolar, acadêmica, entidades parceiras e diversos colaboradores que atuam na educação. Minas Gerais pretende estar na vanguarda dessa transformação.

Outra frente importante é o aprimoramento dos cursos profissionalizantes, que se propõem como trajetória alternativa para os jovens. A meta da SEE é articular junto aos polos produtivos do Estado, para identificar quais necessidades de formação técnica o mercado de trabalho apresenta, possibilitando, assim, que sejam estabelecidas parcerias na estruturação de cursos profissionalizantes com maior potencial de empregabilidade para os estudantes.

Importante ressaltar que a parceria com as universidades estaduais é essencial para o desenvolvimento, implantação e aprimoramento dos currículos tanto do ensino fundamental, quanto do ensino médio e profissionalizante. A formação de um corpo docente qualificado, atento às inovações é um dos pontos fundamentais na garantia do processo de aprendizagem.

A magnitude territorial de Minas Gerais, porém, não permite a promoção de práticas de gestão apenas nos processos gerenciados pelo nível central. Assim, a SEE/MG promoveu a certificação ocupacional dos superintendentes regionais de ensino e, pela primeira vez, está promovendo um processo de seleção destes gestores, com o intuito de profissionalizar ainda mais a atuação da educação de todo território estadual. Além disso, desde o início do ano a SEE/MG estabeleceu

uma rotina de visitas às escolas e Superintendências Regionais de Ensino (SRE's) com o propósito de aproximar o órgão central da educação estadual de Minas Gerais, verificando em loco as necessidades e os resultados das políticas e decisões tomadas pelo núcleo central. A concepção destas visitas está embasada na consciência de que a SEE existe apenas para dar diretrizes e condições de trabalho para as SRE's e para as escolas.

Com o objetivo de auxiliar as escolas na organização de suas rotinas, a SEE instituiu o calendário escolar, por meio da Portaria 248/2019. A publicação estabelece procedimentos comuns às escolas, com datas determinadas para realização de conselhos de classe, reunião com responsáveis dos alunos, fixação de lançamento de notas e ações de intervenção pedagógica. Além disso, o calendário unifica as datas de inserção de informações sobre a vida escolar dos estudantes nos sistemas de informação, garantindo, dessa forma, o acompanhamento e monitoramento das ações de aprendizagem via indicadores de resultados.

Com o apoio das escolas e das SRE's está em curso um processo delicado de acompanhamento e análise fina da base de dados dos indicadores de processos escolares, cujo objetivo é subsidiar melhorias contínuas no atendimento aos estudantes da rede estadual de ensino. Como resultado de um esforço inicial das SRE's e escolas, é possível observar índices significativos de inserção de dados nos sistemas de lançamento de notas, lançamento de frequência, cadastro dos alunos, vinculação de professores, eliminação de matrículas duplicadas e enturmação. Com o empenho da rede, foram alcançados, por exemplo, índices históricos de lançamento de frequência dos alunos, jamais atingidos pelo conjunto de professores e profissionais da SEE. O conhecimento dos dados reais das escolas estaduais possibilitará ações estratégicas de gestão e aperfeiçoamento do Sistema Educação. Além disso, os dados inseridos no Simade foram migrados no dia 29/5 para o Educacenso. As informações coletadas possibilitam ao Ministério da Educação monitorar o desenvolvimento da educação brasileira, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), as taxas de rendimento e de fluxo escolar, a distorção idade-série, entre outros. Esses indicadores são calculados com base nos dados do Censo Escolar.

A melhoria do processo de aprendizagem é a forma mais efetiva para se garantir um futuro próspero para a sociedade mineira. Por isso, a SEE está em constante aprimoramento deste processo, mesmo diante da severa restrição fiscal enfrentada pelo Estado de Minas Gerais.

Entidades Vinculadas à Secretaria de Estado de Educação (SEE)

Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM)

Em janeiro de 2019 foi realizado um diagnóstico situacional contemplando os projetos implementados pela Fundação Educacional Caio Martins (FUCAM). Nessa análise, identificou-se a existência de várias ações executadas de forma desarticulada, bem como a necessidade de resgate da

essência e vocação histórica da Instituição, que é gerar oportunidades para as pessoas mais vulneráveis do campo. Verificou-se ainda a necessidade de construção de um direcionamento estratégico para a Instituição, norteador das ações a serem implementadas.

Na sequência, foram realizadas oficinas, com participação de todos os servidores, voltadas para a definição desse direcionamento estratégico, denominado de “Essência”, com intuito de elaborar uma proposta de delimitação do objetivo da instituição, território de atuação, público alvo e estratégias de ação a serem adotadas ao longo dos próximos anos.

Identificou-se que o problema, historicamente enfrentado pela FUCAM, são as vulnerabilidades decorrentes da pobreza multidimensional no campo. Dessa maneira, delimitou-se como sua Essência “potencializar o desenvolvimento humano, econômico e social no campo para pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio do desenvolvimento de ações educacionais e socioproductivas para inclusão no mundo do trabalho”.

A fim de cumprir o objetivo estratégico estipulado, a FUCAM está elaborando o Programa Estadual de Desenvolvimento e Geração de Renda no Campo, por meio do qual passará a prestar assessoramento técnico para municípios e empreendimentos sociais. Os projetos desse Programa visam alavancar as possibilidades de geração de trabalho e renda para coletivos populares, criando bases para o desenvolvimento local, valorizando as potencialidades e vocações, fortalecendo o escoamento da produção agropecuária e constituindo trilhas formativas para jovens e adultos para acesso ao mundo do trabalho, buscando a captação de recursos do governo federal, entidades financiadoras e organismos internacionais.

Nesse Programa, cada Centro Educacional da FUCAM irá, a partir de agosto de 2019, assessorar tecnicamente 02 (dois) empreendimentos populares, bem como se constituirão como Centros de Referência de Empreendimentos Populares.

Para reforçar esse redirecionamento estratégico, foi iniciado um processo de formação dos servidores da FUCAM para atuarem de acordo com a Essência, sendo instituída a Oficina de Construção de Saberes, objetivando desenvolver temas relacionados com a criação de oportunidades de inclusão social e produtiva e geração de renda para a população do campo.

Outra iniciativa em andamento é o estabelecimento de diálogo com integrantes de uma rede de cooperação intersetorial. Para tanto, foram realizadas visitas para troca de informações e construção de parcerias, dentre as quais: Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), Caritas Brasileira – Regional Minas Gerais, Universidade Federal de Minas Gerais/Núcleo de Estudos sobre o Trabalho Humano (UFMG/NESTH), Universidade Federal de Viçosa/Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (UFV/ITCP), Projeto Rondon Minas; e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

Outras entregas realizadas são a transferência do conhecimento de produção e distribuição para replantio e consumo de Sementes Crioulas, aos agricultores e alunos do Curso Técnico de Agropecuária, participantes do projeto implementado na Fazenda Cantinho em Juvenília–MG e a capacitação de pessoas vulneráveis do campo, em parceria com o SENAR-MG, nas seguintes temáticas: Cuidados Básicos com Idosos; Educação na Adolescência; Prevenção de Acidentes; Artesanato em Fibras de Bananeiras; Apicultura: Processamento de Mel e Cera; Derivados do Leite; Artesanato com Bambus e Produção de Mudanças e Sementes. Além disso, foram reiniciadas turmas de Educação Integral nos Centros Educacionais de Esmeraldas, São Francisco e Urucuia/Riachinho, bem como as aulas do Curso Técnico em Agropecuária nos Centros Educacionais de Esmeraldas e de Juvenília/Carinhanha.

Fundação Helena Antipoff (FHA)

Nestes últimos meses de governo foram realizados projetos importantes e de impactos para a formação da comunidade, tais como:

- Formação continuada sobre a BNCC com a presença de mais de 300 educadores;
- Projeto de musicalização como o beneficiamento de mais 100 crianças e adolescentes em parceria com empresa Ibiritermo;
- Projeto “peito aberto”, que atende 100 crianças e adolescentes no futebol;
- Projeto de vôlei em parceria com Ibiritermo;
- Projeto de piscicultura no curso técnico em agroecologia;
- Projeto com a pastoral da saúde, onde foram atendidas mais 500 pessoas da comunidade do curso de enfermagem;
- Cantoria Pedagógica com o Rubinho do Vale na escola Sandoval;
- Dia da consciência ambiental em parceria com a prefeitura de Ibirité;
- Caravana de Alfabetização e Letramento em Montes Claros e Bocaiuva.
- SOS Brumadinho;
- Projeto da caminhada legal;
- Campanha contra o feminicídio com participação da Juíza Daniela Cunha Pereira da 2ª vara criminal e de execuções penais de Ibirité;
- Atendimento à comunidade – informática básica, Excel, folha de pagamento, currículo e simulação de entrevista de emprego;
- Projeto literário - Feira de troca de livros;
- Pré-lançamento do documentário de Helena Antipoff;
- Projeto educação financeira;
- Projeto Excel financeiro voltado para o agronegócio;
- Copa desafios bravos – jiu-jitsu;
- Projeto de artesanato e reciclagem “Renascer” com o público da terceira idade;

- Parceria com a SENAR – capacitação de tratoristas;
- Feirinha da Fundação Helena Antipoff;
- Programa de resistência a droga envolvendo todos os alunos da escola sandoval
- Feira de exposição dos artesanatos produzidos na APAC e Santa Luzia;
- Semana da enfermagem;
- Formação sobre o marco regulatório da 1ª infância;
- Intercâmbio em parceria com AFS;
- Formação da Matriz curricular de Ibirité, atendendo 600 professores do município;
- Seminário sobre Segurança Pública com autoridades de diversos setores da Sociedade;
- Curso de Agroecologia promove palestra de incentivo e valorização de práticas sustentáveis;
- Alunos do Curso Técnico em Mecânica apresentam seu primeiro protótipo em inovador Projeto Interdisciplinar;
- Semana do museu;
- Semana das “Olimpíadas do Programa Fica Vivo”;
- Formação sobre melhorias para educação do campo na Escola Elisabete Teixeira – São Joaquim de Bicas;
- Cursos de capacitação para reabilitados do INSS;
- Cursos de capacitação para ASB S
- Cursos internos de capacitação de servidores para utilização do sistema SEI;
- Professora representa a FHA no Congresso Nacional da "Mind Lab" em São Paulo;
- Roda de conversa;
- Galpão cidadania;
- Atendimento fonoaudiólogo às crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizado;
- Roda de conversa com o público da terceira idade: “Vamos Falar sobre Saúde?”;
- Projeto Clube de Ciências em parceria com a UEMG;
- Projeto Línguas em parceria com a UEMG;
- Feira de artesanato e doação de animais;
- Palestra “Todos contra o mosquito” Dengue um problema de saúde pública do século XXI.

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) apresentou, no primeiro quadrimestre de 2019, algumas ações que merecem destaque.

Uma delas foi a aprovação do mestrado profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia, da Unidade Acadêmica de Frutal, de forma unânime, pela Comissão Acadêmica

Nacional. A decisão seguirá para homologação pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para abertura do processo seletivo ainda em maio/julho e início das atividades já em agosto.

Iniciaram-se, ainda, as atividades do mestrado Profissional na área de Segurança Pública e Cidadania. A Coordenação do Programa de Pós-graduação realizou o processo seletivo para 15 vagas, a fim de que fosse aberta a primeira turma. As inscrições aconteceram entre fevereiro e março e o curso será ofertado na Faculdade de Políticas Públicas.

Em outra frente de trabalho, a Faculdade de Educação da UEMG, por meio de uma parceria com a prefeitura de Belo Horizonte, passará a ofertar o curso de Pedagogia na modalidade EAD (Ensino a Distância), com o objetivo de proporcionar novas oportunidades para os professores da Educação Infantil da PBH que ainda não têm formação em nível superior. Com essa iniciativa, a UEMG reforça seu compromisso com a educação pública de qualidade e amplia sua articulação com as práticas pedagógicas na Educação Básica.

Outro fator que merece destaque é que, apesar da Faculdade de Educação (FAE) e da Faculdade de Políticas Públicas (FAPP) – Unidades do Campus BH da UEMG – estarem instaladas em prédios alugados, foi adotada uma medida de austeridade com a qual os valores contratados foram renegociados, obtendo-se uma redução média contratual de 26%, o que representa uma economia de mais de 500 mil reais por ano.

Por fim, destaca-se a retomada das obras da Escola de Design na Praça da Liberdade, que atende aos anseios da população mineira por um instrumento de integração entre educação, cultura e tecnologia inserido no Circuito da Praça da Liberdade.

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Em destaque entre as atividades da Unimontes no primeiro quadrimestre, apresentam-se iniciativas associadas à instrução da comissão geral estatuinte, à reorganização interna da universidade e a aproximação com a comunidade externa.

Dada a necessidade de adequação do Estatuto da Unimontes, que data de sua estadualização a 29 anos atrás, foi instituída pela portaria N° 063 - REITOR/2019 a Comissão Geral Estatuinte, atendendo à necessidade de elaboração de um novo Estatuto para esta Universidade. Foi apresentada a toda comunidade, a minuta do referido Estatuto, para ser apreciada e analisada no âmbito da Universidade, para a qual deverão ser feitas contribuições no sentido de tornar as expectativas da comunidade atendidas. A Comissão estabeleceu prazo de 45 dias, a contar de 24/04, para acolhimento das sugestões da comunidade acadêmica e logo após, elaborará o Estatuto definitivo, que será encaminhado ao Conselho Universitário para aprovação no âmbito da Universidade e, em seguida, à Assembleia Legislativa para a aprovação final.

No âmbito de promoção de uma reorganização interna, dados os desafios da modernização e do atendimento ao princípio da eficiência e eficácia na Administração Pública, o Reitor Prof. Antônio Alvimar Souza, cujo mandato se iniciou em 27/12/2018, determinou às Pró-reitorias, Diretorias e Gerências amplo processo de revisão de normas e procedimentos internos. Busca-se por meio dessa iniciativa que a Universidade ganhe agilidade e produtividade, mantendo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esta reorganização interna considera ainda, a atual situação de restrição fiscal pelo qual passa o Estado e que afeta diretamente as operações da Universidade.

Por fim, a nova Reitoria da Universidade Estadual de Montes Claros, além de buscar ampliar o diálogo interno junto à comunidade acadêmica – professores, alunos e servidores técnico-administrativos – vem implementando uma série de ações objetivando a aproximação e o estreitamento de sua relação com a comunidade do entorno. Esta aproximação, além de ampliar a visibilidade institucional e demonstrar a grande contribuição que a Unimontes tem dado a comunidade, através de suas ações de ensino, pesquisa, extensão e atendimento à saúde via Hospital Universitário, também tem como objetivo o estabelecimento de parcerias para incremento dos programas de pesquisa, pós-graduação e extensão da Universidade. Já foram realizados eventos e contatos com Associação Comercial Industrial e de Serviços de Montes Claros, Associação Comercial Industrial e de Serviços de Janaúba, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Prefeitura Municipal de Unaí, Prefeitura Municipal de Paracatu, Prefeitura Municipal de Pompéu, Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros, Sociedade Rural de Montes Claros, Conselho de Desenvolvimento Municipal de Janaúba, Associação Central dos Fruticultores do Norte de Minas – ABANORTE, EMPAMIG Unidade Janaúba, entre outras potenciais parcerias.

2. RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO

Em anexo.



3. TEMÁTICAS

3.1. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

- a) Execução dos recursos da educação no Estado: aplicação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - Fundeb - da Cota Salário Educação (Qese) e do mínimo constitucional;

A previsão de arrecadação do FUNDEB para o ano de 2019 é de R\$ 8.039.480.680 os quais serão direcionados (1) ao pagamento da folha de pessoal da rede estadual de ensino, incluindo auxílios (2) aos repasses legais à Escola Família Agrícola, instituição independente da SEE, e (3) aos repasses de municipalização recente de escolas cujos alunos no ano anterior tinham matrícula na SEE, divididos conforme Tabela 01:

Tabela 01 - Planejamento de investimento do FUNDEB - 2019

Despesa	Grupo de Despesa	Valor (R\$)
Escola Família Agrícola	Custeio	13.500.000
Escolas Municipalizadas	Custeio	4.000.000
Folha de Pagamento de Pessoal (incluindo auxílios)	Custeio	163.964.667
	Pessoal	7.858.016.013
Total		8.039.480.680

Fonte: Subsecretaria de Administração/SEE. Maio, 2019.

O crédito autorizado para despesa de pessoal, incluindo auxílios, para o ano 2019 é de R\$9.694.571.806, sendo que R\$ 8.021.980.680 serão pagos com recursos do FUNDEB e a diferença de R\$ 1.672.591.126 paga com recursos do Tesouro.

Em relação a Quota Estadual do Salário Educação (QESE), o crédito autorizado para 2019 é de R\$597.147.669, valor este que será direcionado às Caixas Escolares para despesas com alimentação, custeio, manutenção e reformas das escolas da rede estadual; às Prefeituras municipais para o repasse referente ao transporte escolar; e pagamento dos programas de avaliação externa dos alunos.

Quanto à execução do mínimo constitucional da educação, conforme informado anteriormente, R\$9.694.571.806 serão investidos em pagamento de pessoal da rede estadual de ensino. O restante, que totaliza R\$ 1.355.092.058, tem investimento previsto para atender a melhoria do processo de aprendizagem da rede estadual mineira, com destaque para os seguintes temas:

- Programa “Mãos à obra na escola”, de reforma de unidades,
 - Melhoria na atenção ao programa estadual de alimentação escolar, com a revitalização de cozinhas e refeitórios, de forma aprimorar a segurança alimentar e nutricional dos estudantes;
 - Apoio à educação especial, com aquisição de materiais didáticos, pedagógicos e adaptados, e equipamentos para uso dos alunos com deficiência;
 - Aquisição de mobiliário de salas de aula para professores e alunos e de espaços técnico-pedagógicos,
 - Revitalização de laboratórios de informática, de forma a garantir condições adequadas para a melhoria da oferta das tecnologias educacionais;
 - Investimento em formação de professores, incluindo recursos logísticos, como pagamento de diárias e passagens, viabilizando condições para que desenvolvam em sala de aula as habilidades e competências previstas Currículo Referência de Minas Gerais.
- b) O repasse de recursos para as escolas estaduais, com destaque para os termos de compromisso em aberto;

Para o ano de 2019, os repasses de alimentação, manutenção e custeio para as escolas da rede estadual estão regularizados, sendo que nos primeiros cinco meses de 2019 já foram repassados R\$141,9 milhões, para esses serviços, às 3.620 escolas, sendo R\$ 47 milhões para Alimentação Escolar e R\$ 94 milhões para Manutenção e Custeio.

Quanto aos Termos de Compromissos em aberto, nos surpreendeu encontrar a quantidade de 47.774 termos que totalizam R\$ 1.119.617.641,92. Destes, além dos termos de infraestrutura, que serão tratados no item abaixo, existem 44.911, num total de R\$ 429.589.235,34, cuja atual administração vem realizando levantamento para a identificação de efetivo objeto de execução esperado. Isto porque entende-se que a categorização encontrada não se refere a objetos precisos, mas sim a modalidades de ensino o que deixa pouco clara qual era a expectativa aquisição ou contratação. Foram firmados, por exemplo, 5.547 termos de compromisso que somam R\$37.196.976,72 para “Educação Integral” sob as descrições “Ampliar a oferta de educação integral nas escolas estaduais” e “Implantar projeto de educação integral nas escolas estaduais”. Se, por um lado o governo mostrava-se sem lastro financeiro para fazer a execução de algo essencial como a merenda das escolas de tempo integral, por outro assinava termos de compromisso genéricos cujas descrições indicam ações cuja responsabilidade parece ser do órgão central.

- c) A gestão da infraestrutura das escolas, com destaque para o planejamento de ações em prédios escolares em situação de emergência e a situação das obras aprovadas e não concluídas entre 2015 e 2018 e esclarecimentos sobre o critério utilizado para a classificação de prioridades de atendimento das demandas por obras na rede estadual;

No início dessa gestão, o atual governo encontrou em aberto 2.863 termos de compromisso estabelecidos para 2.331 escolas de 691 municípios, totalizando R\$ 690.028.406,58 de expectativas de reforma sem qualquer lastro financeiro. Trata-se de instrumentos assinados desde 2015 e que demandam revisão. A SEE encontra-se em fase de verificação deste extenso banco de dados para a identificação de eventuais sobreposições de objeto. Além disso, inicia a revisão de diagnóstico da situação das escolas para a definição da atenção às prioridades para execução das futuras fases do Programa “Mãos à obra na escola” com regularidade legal e eficiência.

Para suprir extremas urgências percebidas logo nas primeiras semanas desta gestão, a SEE repassou às escolas recursos financeiros para 23 intervenções nos municípios de Alto Rio Doce, Bandeira, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Divinópolis, Gonçalves, Igarapé, Itinga, Malacacheta, Mário Campos, Montes Claros, Mutum, Nova União, Ponto Chique, São Francisco, Sarzedo e Simonésia.

Após rápido planejamento inicial e com a revisão fina de contratos que viabilizaram mais recursos financeiros, a Educação pôde anunciar em 30 de maio a primeira fase do “Programa de Revitalização de Escolas Estaduais de Minas Gerais – Mãos à obra na escola” cuja 1ª etapa viabilizará repasses de R\$ 21 milhões para 132 escolas em 93 municípios ao longo das próximas semanas. As escolas contempladas nesta primeira etapa do programa “Mãos à obra na escola” foram definidas com base em critérios técnicos de ponderação de urgência. Fazem parte dessa lista de escolas que necessitam de obras emergenciais e/ou estão com algum tipo de interdição. Entre as obras previstas estão construção de muros, reforma de telhados, banheiros, cozinha, refeitórios, rede elétrica, reforço estrutural de salas de aula, substituição de portas, reforma geral de instalações, entre outras. São todas obras de reforma, manutenção e revitalização de unidades escolares.

Fundamental destacar que as melhorias de gestão na SEE também viabilizaram a liberação de R\$9.984.219,85 recursos financeiros para 16 projetos/obras em operação pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DEER/MG) nos municípios de Belo Horizonte, Governador Valadares, Juiz de Fora, Pedro Leopoldo, Pitangui, Sabará, São João Del Rey, São João das Missões, na aldeia Xacriabá, e Vespasiano. A primeira inauguração/conclusão, no município de Belo Horizonte, está prevista já para o mês de agosto.

- d) A proposta de currículo para escola de tempo integral

Nos últimos anos a implantação do programa estadual de Ensino Integral na Educação Fundamental se deu de forma desintegrada ao currículo e sem um adequado planejamento junto às

escolas. Os estudantes participavam de uma turma de ensino regular no período da manhã e, no período da tarde participavam de atividades não integradas ao currículo, sem que ao menos houvesse apuração de frequência e avaliação da participação. Em alguns casos, não havia sequer sala disponível, acontecendo nos pátios e quadras das escolas.

A reestruturação da escola em tempo integral em curso propõe a qualificação da oferta, articulando a expansão da carga horária aos componentes curriculares. O novo formato vislumbra um currículo integrado, organizado em uma matriz curricular multidimensional que contemple a ampliação e a integração dos saberes e garanta a continuidade da oferta.

Estão em curso duas transformações que são primordiais para a melhoria da qualidade do ensino:

- i. a integração das ações pedagógicas da Educação Integral ao Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG), contribuindo para o desenvolvimento das 10 competências gerais abordadas no CRMG e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com consequente formação integral dos estudantes;
- ii. a garantia de que as turmas iniciadas nesse novo formato de Educação Integral tenham continuidade nos anos subsequentes, de forma que o aluno atendido no 6º ano em Educação Integral siga dessa forma até a conclusão do 9º ano.

e) As competências e o funcionamento das Superintendências Regionais de Ensino

As Superintendências Regionais de Ensino do Estado de Minas Gerais – SRE's têm por finalidade exercer, em nível regional, as ações de supervisão técnico-pedagógica, de orientação normativa, de cooperação, de articulação e de integração do Estado e Município, em consonância com as diretrizes e políticas educacionais.

As SRE's deverão coordenar, no âmbito regional, o desenvolvimento das ações pedagógicas e de atendimento escolar, as ações de administração de pessoal e de gestão de recursos humanos, como também, programar, coordenar, acompanhar, avaliar e executar as atividades orçamentárias, financeiras e administrativas.

A articulação da SEE, por meio das SRE's com todas as escolas, deve traduzir as necessidades gerais para o funcionamento da rede de ensino estadual, bem como com as redes municipais e particulares do Estado.

Exemplo da importância das SRE's nesse processo de articulação da SEE com as escolas tem sido o trabalho minucioso de gestão das bases de dados educacionais. A partir de seis campanhas: Enturmação dos alunos, Vinculação de professores, Lançamento de notas, Lançamento de frequência, Cadastro dos alunos e Eliminação de matrículas duplicadas, o Sistema Mineiro de Administração Escolar – SIMADE tem sido atualizado frequentemente. O conhecimento dos

dados reais das escolas estaduais possibilitará ações estratégicas de gestão e o aperfeiçoamento das ações de apoio aos diretores e professores com o objetivo primordial da melhoria da aprendizagem dos alunos da rede.

3.2. Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

a) Atendimento educacional dos alunos com deficiência;

A SEE desenvolve ações para atendimento educacional dos alunos com deficiência em duas principais frentes, a saber:

- Educação Exclusiva – com escolas especiais e convênios com APAEs e outras instituições filantrópicas.
- Educação Inclusiva – pela adaptação das escolas na rede regular de ensino.

Em relação às escolas que ofertam a educação exclusiva a SEE tem atuado para aprimorar o relacionamento com as instituições filantrópicas por meio da oficialização dos instrumentos legais. Além disso, foi composto um grupo de trabalho, com foco em promover o desenvolvimento de atividades diversificadas para promoção do atendimento aos diferentes contextos dos alunos. Como ações concretas a SEE destaca:

- Credenciamento com a garantia da continuidade e conclusão do percurso;
- Municipalização dos anos iniciais, regular e EJA;
- Reestruturação dos Centros de Referência;
- Organização de parceria com Associações para capacitação de profissionais da educação para o atendimento aos alunos autistas.

Para a educação inclusiva a SEE é orientada pelo princípio que todos possuem capacidade de aprendizagem, para tal disponibiliza profissionais de apoio ao professor regente para garantir o pleno acesso dos estudantes aos conteúdos ministrados em sala de aula: Tradutor Intérprete de Libras; Apoio à Comunicação, Linguagens e Tecnologias Assistivas; e Guias Intérpretes.

Quadro 1 - Qtde de Autorizações de Atendimento - Jan/Abril de 2019

Descrição da Autorização	Qtde
Tradutor e intérprete de LIBRAS	1.220
Apoio a comunicação, linguagem e tecnologias assistivas	11.680
Sala de recursos	2.007
Guia intérprete	9

Fonte: Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica

- b) Promoção da educação inclusiva, nos termos da convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, em especial no que diz respeito às pessoas com deficiência auditiva.

Para educação dos estudantes surdos e com deficiência auditiva a SEE preza por garantir a oportunidade a esses estudantes de aprender língua pelo reconhecimento da identidade linguística da comunidade surda. Para tal a SEE oferece tradutor e intérprete em sala de aula e atendimento na Sala de Recursos no turno inverso da escolarização, onde têm acesso à aprendizagem de LIBRAS e do Português como segunda língua, na modalidade escrita.

Oferece ainda o Curso de Libras aos profissionais da Educação das redes públicas de Ensino (professores regentes, de Sala de Recursos, Especialistas) por meio dos Centros e Núcleos de Capacitação na área da surdez e de 36 Regionais de Ensino com Instrutores de Libras autorizados. Também organiza cursos de capacitação continuada para os Tradutores e Intérpretes de Libras e regentes e das Salas de Recursos.

Entre outras ações vinculadas a este tema destacam-se ações sistêmicas que orientam toda a política de educação especial em uma perspectiva inclusiva para o estado de Minas Gerais, buscando monitoramento efetivo, homogeneidade do trabalho efetuado, resultados concretos e mensuráveis, através de:

- Publicação das Diretrizes - oficialização das Diretrizes Estaduais da Educação Especial Inclusiva.
- Utilização dos sistemas de informação para monitoramento efetivo da aprendizagem e da oferta do atendimento aos estudantes da educação especial.
- Oferta de equipes multidisciplinares em todas as Superintendências Regionais de Ensino.
- Aprimoramento e padronização do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual).
- Reestruturação das matrizes curriculares compatíveis com as habilidades.

4. PERSPECTIVAS

O planejamento da SEE para o ano de 2019 tem por base o aperfeiçoamento da gestão do ensino e a requalificação das ações de ensino com a consequente elevação do nível de aprendizagem dos estudantes.

Neste ano de 2019 a SEE implementará o Currículo Referência de Minas Gerais para a Educação Fundamental e desenvolverá o Currículo de Referência para o Ensino Médio, ambos em consonância com a Base Nacional Comum Curricular, estabelecendo parâmetros de matrizes comuns de funcionamento do sistema. A partir disso, haverá formação dos professores da rede com foco na implantação do currículo, em parceria com municípios e organizações do terceiro setor com alto impacto para organização e melhoria da educação básica.

Paralelamente, será realizada a reestruturação do modelo de atendimento, além da continuidade das campanhas para qualificação dos dados nos sistemas de atendimento e acompanhamento da frequência do aluno. O objetivo é ampliar a assertividade do atendimento escolar em todo o Estado, além de melhorar o controle da frequência escolar e prevenção do abandono.

Para estabelecer processos institucionalizados de monitoramento e gestão educacional, será criada e implementada metodologia de ciclos de gestão na escola, a cada bimestre, baseada nos resultados das avaliações de gestão escolar (avaliações periódicas de desempenho dos alunos e informações de fluxo). Com base nos dados avaliativos, cada SRE possuirá um plano de trabalho, que incluirá as ações previstas no Calendário Escolar, ações de formação e intervenções pedagógicas ao longo do ano, observando os descritores com menor rendimento. Para realização das avaliações externas, a SEE já está buscando parcerias com instituições privadas.

Na profissionalização do serviço público educacional iniciamos a implantação de processos baseados na gestão por competências, com a seleção e formação das lideranças de SRE's e diretores das escolas. Está ainda no planejamento de 2019 a organização e execução de um ciclo de profissionalização dos profissionais da educação, que gere impacto direto na gestão escolar e na qualidade do ensino. O escopo contempla desde a delimitação dos conteúdos formativos, incluindo o desenvolvimento de programas de formação de professores, direcionados para as necessidades dos estudantes, até a avaliação dos resultados em relação a qualidade do ensino e do desempenho do servidor.

Com relação à educação em tempo integral, após validação da nova matriz para o Ensino Fundamental, iremos iniciar em agosto 25 mil novas vagas. Quanto ao Ensino Médio, a oferta será reformulada, com mudanças na matriz curricular, separação do modelo de ensino técnico integrado da oferta dos conteúdos diversificados, com foco nas necessidades para a vida e o mercado de trabalho.

Iniciaremos a reformulação da proposta de educação profissional a partir da análise da real demanda existente no mercado, com a capacidade institucional de oferta e a qualificação dos cursos em termos de infraestrutura e docentes atuantes, estabelecendo trajetórias alternativas aos jovens para a vida e o mercado de trabalho, em parceria com FUCAM e FHA.

A vinculação da educação superior à SEE permitirá um redesenho da relação entre o ensino básico e o ensino superior dentro da rede estadual, ampliando as parcerias em prol da aprendizagem. As metas esperadas, resultantes de uma maior articulação da SEE, perpassam pela qualificação da formação de professores da rede básica, por meio de parcerias com as universidades estaduais, e a convergência da formação profissional com as necessidades dos estudantes, alinhadas ao desenvolvimento regional. Essa iniciativa gera o estímulo para a revisão dos cursos de licenciatura, considerando as necessidades da educação básica e compatibilizando a formação dos educadores às diretrizes da BNCC. Além disso, como consequência desta integração de políticas educacionais, é possível vislumbrar o aumento do número de universitários egressos da rede estadual de ensino nas universidades estaduais.

Por fim, nossas diretrizes contemplam ainda a melhoria do uso dos recursos disponíveis para promover a segurança nutricional, o transporte escolar e a infraestrutura, incentivando inovações digitais, propiciando maior eficiência e qualidade dos serviços oferecidos. Já está sendo revista a resolução sobre o caixa escolar e o repasse da manutenção e custeio, com vistas a garantir o funcionamento adequado das unidades educacionais da rede estadual, principalmente quanto as ações voltadas ao provimento adequado de segurança e acessibilidade.

Diante do exposto, verifica-se que a SEE tem trabalhado para aproximar a gestão central das SRE's e, por conseguinte, das escolas estaduais, por meio de uma presença efetivas na regiões e de um diálogo aberto, com os gestores, comunidade escolar e entidade parcerias, de forma a identificar de forma qualitativa as oportunidade de melhoria e buscar ações concretas para o aperfeiçoamento do processo de aprendizagem, dentro de uma perspectiva integrada da educação básica, superior e profissionalizante.

Por meio da interface entre os diversos atores e pautada por uma diretriz clara de qualificação dos processos educacionais e aprimoramento dos fluxos, essa gestão busca avançar na política de educação, a despeito de todas as dificuldades financeiro-orçamentárias do Estado e dos problemas estruturais da educação mineira.

Dessa forma, as ações são direcionadas no sentido de uma gestão diligente e refinada dos recursos públicos, qualificação dos profissionais, controle e produção de dados eficiente, monitoramento institucionalizado da gestão educacional e constante reavaliação das ações, para que os indicadores da educação galguem posições cada vez melhores e para que a comunidade e cada estudante colha frutos diários de uma educação inclusiva, participativa, comprometida, qualificada e em constante evolução.